



Segunda Região comemora resultados das Turmas Recursais, após vigência da Lei 12.665/2012

Após mais de dez anos de funcionamento sem um corpo de juízes próprio, as Turmas Recursais da Justiça Federal foram estruturadas este ano, através da Lei 12.665. Com o início da vigência da norma, a Segunda Região tomou a dianteira e foi a primeira do Brasil a instalar unidades com composição permanente, nos termos da lei, em 21 de agosto. Nessa fase inicial, em que ainda estão sendo organizadas as atividades e procedimentos, sendo redistribuídas as ações judiciais, bem como sendo lotados os servidores para formar as equipes, era de se esperar que a produtividade das cinco primeiras Turmas Recursais da Região instaladas conforme o novo modelo ficasse prejudicada. Não foi o que aconteceu.

Na verdade, só na capital fluminense, mesmo levando em conta que as quatro TRs locais ainda não estão funcionando com o máximo de sua capacidade de trabalho, foram julgados 9.539 processos

em cinquenta dias, contados até 20 de novembro, ou, seja, cerca de 5.723 processos julgados por mês. O resultado está bem acima da média histórica: nos últimos cinco anos, a segunda instância dos Juizados Especiais Federais decidiu o destino de pouco mais de quatro mil processos mensalmente. Quer dizer, a produção já é 43% maior que a média do quinquênio passado.

Os números confirmam que valeu o empenho da Justiça Federal da Segunda Região pela aprovação da Lei 12.665/2012 e, logo em seguida, pela instalação das unidades de acordo com o novo formato. Em todo o país, a primeira sessão de julgamento das TRs recém-estruturadas aconteceu no Rio de Janeiro, no dia primeiro de outubro. No dia seguinte, Vitória realizou sua primeira sessão colegiada de julgamento.

<http://goo.gl/GnEDr>



Autoridades participam da solenidade de inauguração das novas instalações das Turmas Recursais

NCS/JFRJ

Solenidade inaugura novas instalações das Turmas Recursais

Uma solenidade para homenagear o passado, o presente e o futuro. Assim, o juiz federal Marcelo Leonardo Tavares, diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro definiu o espírito da cerimônia de instalação dos dois novos gabinetes das

Turmas Recursais, que tiveram sua estrutura consolidada pela Lei 12.665/2012. A Segunda Região foi a primeira do país a adequar a estrutura à nova lei.

<http://migre.me/cnVRD>



PRESIDENTE:
Desembargadora Federal Maria Helena Cisne

VICE-PRESIDENTE:
Desembargador Federal Raldênio Bonifácio Costa

CORREGEDOR REGIONAL:
Desembargador Federal André Fontes

DIRETOR GERAL:
Jaderson Correa dos Passos

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Ana Sofia Brito Gonçalves

REDAÇÃO:
André Camodego, Marcelo Ferraz e

Assessorias de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO:
Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

PROJETO GRÁFICO:
Daiane Moraes

REVISÃO:
André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site www.trf2.jus.br

TRF2 começa a capacitar servidores através de ensino a distância

Além das capitais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, a Justiça Federal da Segunda Região está presente em mais 24 municípios do interior e das regiões metropolitanas dos dois Estados. Ainda, há previsão para instalação de juizados especiais federais em Santa Cruz e em Campo Grande, bairros da Zona Oeste carioca, distantes mais de sessenta quilômetros do centro da cidade.

A ramificação do Judiciário por localidades afastadas dos grandes núcleos urbanos traz a necessidade de novas soluções

logísticas, para assegurar a qualidade do serviço em qualquer lugar onde a instituição atue. No caso da capacitação de servidores para atender a população, a resposta veio na forma de um bem sucedido casamento entre criatividade e tecnologia.

O TRF2 lançou, em novembro, seu primeiro curso de ensino a distância (EaD). O projeto foi desenvolvido pela Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (Dicre).

<http://migre.me/cnVNd>

Mutirão de conciliação do SFH com condomínio termina com 90% de acordos

No início de dezembro, o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos (NPSC2) promoveu mutirão de conciliação com proprietários de apartamentos do condomínio Solar do Henrique, na Taquara (zona oeste do Rio). Há quase vinte anos as unidades foram entregues pela construtora, mas alterações no projeto original do empreendimento resultaram no indeferimento do habite-se pela Prefeitura carioca.

Não há perspectiva para a solução da irregularidade: até hoje os apartamentos não têm o documento que, na prática, autoriza

o uso efetivo das moradias. Mas o mutirão representou o fim de uma outra dor de cabeça para 99 moradores, que formalizaram acordo durante o evento. A ação envolveu processos ajuizados pelos mutuários, que financiaram seus imóveis pela Caixa Econômica Federal (CEF) em 1993 e que discutiam em juízo os reajustes das prestações. O número de acordos representa 90% das 110 audiências de conciliação realizadas.

<http://migre.me/cre1W>

Desembargadora Federal Liliane Roriz é homenageada durante o mutirão

André Camodego



As juizas federais Andrea Esmeraldo (à esquerda) e Marcella Brandão (à direita) participaram da homenagem a Liliane Roriz

As audiências do mutirão de conciliação referente ao condomínio Solar do Henrique tiveram uma breve interrupção, para dar lugar a uma solenidade. No final da manhã do primeiro dia do evento, 4 de dezembro, a desembargadora federal Liliane Roriz, que se aposenta da magistratura no final do mês, recebeu uma comovida homenagem de seus colegas. A magistrada, que dirigiu a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região, foi responsável pelas ações de conciliação na Justiça Federal do Rio de Janeiro de 2009 a 2011.

<http://migre.me/cnVFp>